

PROJETOS EM CENA: UMA ELEIÇÃO MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE, EM 1959

Alarcon Agra do Ó*

*A história, segundo Foucault, nos cerca e nos delimita;
não diz o que somos, mas aquilo de que estamos em
vias de diferir;
não estabelece nossa identidade, mas a dissipa em
proveito do outro que somos.*

Gilles Deleuze

Quando da sucessão do Prefeito Elpídio de Almeida, em 1959, Campina Grande conheceu fatos singulares. Dois candidatos se apresentaram ao eleitorado: Severino Cabral, pelo Partido Social Democrático (com o líder bancário Lúcio Rabelo como candidato a vice) e Newton Rique, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (cujo companheiro de chapa era o médico Bonald Filho). A agitada disputa que ocorreu então entre estes postulantes à cadeira do Prefeito, por sua vez, constituiu-se no centro das atenções, definindo inclusive os contornos da eleição dos vereadores; a máquina político-partidária posta a funcionar na ocasião fez parecer a todos que o lugar do Executivo era *mais importante*, mais digno, centro das maiores responsabilidades.

No dia dois de Agosto, entorpecidos pela barulhenta campanha então promovida, os eleitores optaram pelo candidato pessedista, negando a Rique este sonho - ele seria prefeito um dia, finalmente, mas apenas em 1963. Naquele ano, a vitória de Cabral, deputado estadual desde 1950, era uma meia vingança: em 1955 ele havia perdido esta mesma disputa para Elpídio de Almeida, a quem agora sucederia.

Houve quem acreditasse, como o advogado Moço Amorim, ter sido aquela campanha *o maior acontecimento político ocorrido em Campina Grande*.¹¹³

* Licenciado em História e Mestre em Educação. Professor Assistente junto à área de Teoria e Metodologia da História do Departamento de História e Geografia do Centro de Humanidades da UFPB.

¹¹³ Entrevista publicada em: DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*, 2. Vol., p. 118.

A bibliografia produzida sobre esta disputa indica grande ebulição. O jornalista e historiador Josué Sylvestre dedica, por exemplo, dezessete capítulos dos cinquenta e sete que compõem o seu livro *Nacionalismo & Coronelismo* (que pretende tratar, como indica o subtítulo, dos fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba entre 1954 e 1964) a esta campanha. No seio da produção acadêmica (monografias e dissertações) tal posição parece repercutir, muitas páginas sendo dedicadas a estes dias.

Todos parecem fazer eco aos desabafos do jornalista Epitácio Soares, que escrevia no Diário da Borborema por aqueles anos. Para Soares os dias se deixaram consumir então de maneira inaudita, e ele se confessava exausto ao fim do mês de julho: *O estado de saturação é absoluto neste fim de Campanha Eleitoral que graças a Deus vai encerrar-se daqui a mais quatro ou cinco dias. Ele dizia ainda não suportar mais ouvir berrar-se das primeiras horas da manhã às últimas da noite, sobre as bondades ou ruindades dos mais diversos fulanos que se expunham aos eleitores.*¹¹⁴ No início do ano ele já havia alertado: *Inicia-se o ano novo de 1959 sob uma atmosfera política de grande intensidade, com as primeiras tomadas de posição dos partidos visando o pleito municipal a ferir-se em agosto próximo. Ele ainda lembrara nesta ocasião que o comentário geral em toda a cidade era a efervescência do caldeirão político.*¹¹⁵

Esta saturação, pois, atravessou décadas e instituiu-se enquanto verdade para vários discursos. Tornou-se referência básica, explicação necessária, *dado evidente*. Mas o que houve, que tramas se urdiram para que os olhares que sobre esta eleição se debruçaram captassem sempre esta percepção de transcendência, de singularidade específica? O que deu estes contornos a esta figura histórica? A explicação de Josué Sylvestre é direta:

*Em 1959, pela primeira vez na história política de Campina Grande, candidatos ao cargo de prefeito formalizaram programas administrativos através de documentos escritos e publicados para conhecimento do eleitorado e possibilidade da conseqüente cobrança do cumprimento das promessas.*¹¹⁶

¹¹⁴ "Instantâneos da cidade", In *Diário da Borborema*, 26 de julho de 1959, p. 07.

¹¹⁵ "Instantâneos da cidade", In *Diário da Borborema*, 3 de março de 1959, p. 03.

¹¹⁶ SYLVESTRE, Josué. "A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande", In PONTES DA SILVA et. Alli. (Coord.) *Poder e política na Paraíba*, p. 245.

É este *fato* que todos apontam como definidor da singularidade desta campanha: é este ponto que, constituindo a diferença da campanha de 1959 frente ao resto do tempo, produz encontros entre os textos que buscam entender aqueles dias.

Os candidatos produziram-se para efeito de demonstração junto ao eleitorado como portadores de uma virtualidade impar: habitantes da cidade, diferenciavam-se pela clarividência. Viam para além do que era percebido pelo comum dos mortais, faziam com que a sua mirada fosse além das percepções dos cidadãos comuns, que apenas *utilizavam* a cidade sem pensá-la, sem sonhá-la - num raciocínio que, de início, desqualificava as minúsculas intervenções praticadas no traçado da cidade pelo *cotidiano* da população.

Estas características produziram, pois, um panorama inusitado. Quanto não bastasse a importância do pleito em si - afinal, era a própria gestão do município que estava em jogo - os candidatos agiram como se houvesse a necessidade de convencer os eleitores pelo uso de formas de sedução novas. E havia, é verdade, uma cobrança generalizada do eleitorado, que desejava maneiras outras de fazer política. Discursos nos palanques, manifestos publicados em jornais ou impressos às expensas de correligionários mais abastados, tudo isto era antigo, imemorial; os campinenses estavam já cansados de tais papéis rondando suas vistas, ocupando sua atenção por um momento enquanto um grito mais atraente ou uma frase mais criativa não era pronunciada de um lado ou outro do espectro político-partidário.

E em 1959 a escrita da eleição traçou uma trajetória qualitativamente diferente. Era como se houvesse uma *urbanização* da política. Em tempos de *modernização* acelerada e de estímulo a uma maior rapidez nos movimentos da história, os candidatos a prefeito de Campina Grande investiram numa produção escrita que ia em direção contrária ao que se fazia *tradicionalmente*. Produziram-se então textos amplos, profundos, que recortavam a cidade sob diversos pontos de vista, as descrições parcelares sendo costuradas a partir de uma leitura anterior e fundante. Os manifestos estilhaçaram a cidade, para construir com os seus cacos uma imagem coesa, possível num futuro próximo. Esta reconstrução dependia apenas da aceitação da série de recomendações que acompanhava a dissecação. Os manifestos eram simultaneamente exame, diagnóstico, receituário - uma terapêutica completa, e da qual não se admitiam divergências.

Inaugurando esta modalidade do fazer política, Newton Rique divulgou desde cedo sua intenção de, inclusive, só aparecer como

candidato após sérios estudos, a cargo de renomados especialistas locais, que deveriam transformar suas observações em um texto, o tão falado e desejado *Programa de Governo* - que levaria o nome pomposo de *Revolução da Prosperidade*.¹¹⁷ Seria secundado por Severino Cabral - que, inclusive, conseguiu divulgar seu texto antes de Rique, sendo por este criticado exatamente pela rapidez e *conseqüente superficialidade* de suas análises.

A *Revolução da Prosperidade* tematizava a cidade a partir da delimitação de grandes blocos de *problemas*, ou de *áreas-problema*. Parte e todo se articulavam de forma que as mudanças nos pequenos circuitos da vida social *representavam* as alterações que se achava que deveriam ocorrer nos quadros mais globais, na mesma medida em que aconteciam já por conta das transformações macro-estruturais.

Com o conjunto de pequenas e grandes atitudes que compuseram a figura deste procedimento, Rique procurava se ligar a uma maneira entendida como *moderna* de fazer política. Isto quer dizer que, em um certo sentido, suas atitudes evidenciavam uma distinção entre teoria e prática, legitimando a existência de figuras de líderes e figuras de liderados, sujeitos complementares num drama cujo desfecho era previamente determinado. Neste cenário a posição de destaque ficava com os indivíduos que se produziam - ou eram produzidos historicamente, melhor dizendo - como os sujeitos da verdade. Estes mostravam-se como sendo depositários de um saber tal que lhes permitia conhecer o que era *verdadeiro* e distingui-lo, por conseguinte, do que era *falso*.

Neste panorama cumpria à sociedade como um todo *reconhecer* este iluminado e a ele se entregar. O que não se admitia, para efeito da estrutura da discursividade petebista, era a possibilidade da criação de *cultura* ou de qualquer outra coisa partindo *do povo*. Se, naquela década, *o Nordeste viveu um processo de intensa luta de classes provocado não somente pela organização dos trabalhadores urbanos, mas, sobretudo, pela organização e politização dos trabalhadores rurais*, cumpria, para o PTB campinense, desqualificar estas atividades em nome de sua ingenuidade, de seu despreparo, de sua incompetência, na medida em que afirmava *a sua* pronúncia.¹¹⁸

Era referindo-se a isto que Rique aparecia como o primeiro político campinense a divulgar um Plano de Governo estudado,

¹¹⁷ Este é o texto que nos interessa analisar.

¹¹⁸ GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo*, p. 29.

pesquisado e entregue por escrito aos eleitores. Para sua lógica a escrita era a definição de um outro espaço relacional entre os homens, era uma maneira nova (e mais adequada aos melhores sonhos de desenvolvimento) de fundar uma presença frente à coletividade. Era como se a grafia dos signos no papel *representasse* o caráter diferencial daquela candidatura.

Eram dispostas no papel as rotas por onde se deveriam tracejar as normas de conduta e existência da população. E aquele que escrevia assumia o papel de guia do povo, tendo em vista a sua produção enquanto possuidor da melhor compreensão dos problemas da coletividade. Assim, assumiu-se o valor de que escrever sobre a cidade, ou seja, *escrever a cidade*, significava corporificar o progresso, significava lançar mão de uma prática legítima - talvez a única - no movimento da construção da história, numa argumentação que se produzia e se auto-legitimava ao mesmo tempo.

É claro que tudo isto resultava num gigantesco movimento moralizador, numa intensa valoração dos homens, do mundo e das coisas, através da qual apenas as circunstâncias que se vissem articuladas convenientemente neste amplo programa seriam tidas por positivas e válidas. Tudo se faria, então, para incluir nos esquemas referentes a este desejo a maior quantidade possível de elementos, ou seja, a maior parcela possível da realidade. E, até mesmo, desconsiderar-se-ia flagrantemente aquilo que aí não se incorporasse: tal não seria *real*, no sentido de que não seria legítimo, não estaria *no mundo* de maneira *orgânica*.

A página, a escritura em que Campina Grande foi convertida, era entendida pela *Revolução da Prosperidade* como o lugar histórico de uma passagem entre um mundo de signos soltos e desconexos para uma situação em que o real é produto de ações pré-determinadas e efetivamente postas no mundo pela dinâmica da história. A figura de quem escreve, ou seja, o lugar de sujeito que lhe é produzido, é a de uma máxima atividade e de uma densa produtividade, o que o afasta terminantemente de signos de descanso ou de volta às origens. Quer-se o novo, produz-se algo como o novo, e para tanto prédios, pessoas, costumes, memórias e práticas de vida, tudo deverá ser redirecionado, tendo-se como horizonte um projeto definido de cidade e de cidadão.

A cidade, tomada como fusão de fragmentos que precisava encontrar-se com sua essência no movimento de sua história *verdadeira*, foi então retalhada por este discurso, foi produzida como se fosse um orgânico amontoado de experiências parcelares, a sua

máxima aproximação e planificação sendo os caminhos para este desejado progresso, o desenvolvimento. O objetivo que dava unidade a todas estas elucubrações, como se vê, era o de tornar a cidade de Campina Grande *moderna*, ou seja, transformá-la num *espaço circunscrito onde se realizam a vontade de coligir-estocar uma população exterior e a de conformar o campo a modelos urbanos*.¹¹⁹

Este jogo, que consistia em partir de percepções diversas em busca de uma homogeneização, relacionava-se à maneira como aquela formulação entendia o real e a história. Pensava-se que a realidade *aparente* era apenas e tão somente a manifestação superficial de uma essência anterior e interior ao que era visto e sentido mais imediatamente, e que cumpria fazer com que esta verdade *afiorasse*.

Esta verdade, como Rique dizia no seu programa, era o progresso, que viria com a industrialização. Um movimento analítico tortuoso era proposto aos campinenses, dando conta de que o presente estava clamando por alterações que o tornassem mais racional, mais produtivo, mais envolvido com os sonhos de desenvolvimento que então ressoavam com larga credibilidade no Brasil. Estas alterações só seriam possíveis, defendia o PTB local, mediante a aplicação de esforços intensos em áreas estratégicas da vida de Campina Grande, mas todas estas transformações obedecendo a um princípio integrador:

Somente com a instalação de novas indústrias em Campina Grande, poder-se-á resolver o angustiante problema do desemprego, que é uma das notas mais alarmantes do nosso quadro social. O pauperismo que domina alta percentagem dos habitantes dos bairros da nossa cidade, só será eliminado ou atenuado com a oferta de algumas milhares de novas colocações nas atividades remuneradoras da indústria. Não se soluciona a situação de miséria, existente em centenas de humildes lares campinenses, por meio de esmolas ou de precários serviços de assistência. O povo não quer esmolas. O que ele reclama, é trabalho, é colocação para exercer a sua capacidade de prover à sua subsistência e conseguir melhor padrão de vida para sua família. Como já disse na nossa campanha:

¹¹⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 226.

*“Vamos fazer a política dos pobres, não dando esmolas aos pobres, mas fazendo com que os pobres possam viver sem esmolas.” Numa cidade que atinge os 100.000 habitantes, não há outra maneira de assegurar emprego para os trabalhadores senão em indústrias prósperas, as quais determinam, por outro lado, maiores oportunidades, igualmente, no comércio e nos serviços. A hora do pobre, a verdadeira hora do pobre, chegará com a industrialização de nossa cidade.*¹²⁰

Nestas discussões Rique buscou condensar a maior carga de sentidos possível em poucas palavras, mostrando sua relação com um projeto de ação planejada e decidida do seu *futuro* governo em áreas de importância singular para a cidade, no *trinômio da “Revolução da Prosperidade”*: *educação, industrialização e alimentação*.¹²¹

Ele apelava assim a três dimensões da vida social que julgava essenciais para, na sua aparente pluralidade, conformar a unidade. Fica claro, por outro lado, que neste rol de intervenções do discurso petebista havia um binômio, explicitado até mesmo na forma de apresentação do texto. Entendia-se que a ação da nova maneira de administrar - encarnada em Newton Rique - deveria cindir a cidade em duas esferas interdependentes, para facilitar a dinamização do desenvolvimento. Neste sentido divulgava-se que havia a *necessidade* de alterações *materiais* e de alterações *subjetivas* na cidade. Isto quer dizer que, ao lado de uma série de medidas previstas, em última instância, para ampliar o parque fabril de Campina Grande, propunha-se neste discurso que *a maneira de ser dos campinenses* fosse alterada, fosse redefinida tendo como referência os novos tempos que adviriam com o desenvolvimento.

Nasceria daí um *novo* campinense, que iria brotar do cruzamento fecundo entre a população dispersa pela cidade e suas melhores potencialidades. De nada adiantaria, pensava-se, dar atenção a um projeto de modernização que só atingisse os aspectos puramente associados ao maquinário; antes, era necessário complementar isto - e

¹²⁰ *Revolução da Prosperidade*, Citado por: SYLVESTRE, Josué. “A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande”, In. PONTES DA SILVA et alli. (org.) **Poder e política na Paraíba**, pp. 241-258, cit. p. 249.

¹²¹ *Diário da Borborema*, 23/03/1959, p. 08.

mesmo garantir a efetiva funcionalidade desta mudança como um todo - a partir do desenho de uma figura diversa para o cidadão.

Parecia, pois, que a cidade de Campina Grande iria sintonizar-se com uma alteração nas subjetividades e nas sociabilidades que já atingia, segundo alguns discursos, toda a sociedade brasileira, e que assumia, em algumas enunciações, foros de *necessidade histórica*, como se tal houvesse. Esta alteração era valorada, a partir de diferentes locais, de uma maneira profundamente positiva, e algumas experiências da vida social passavam a ser significadas como o local preferencial de sua operacionalização. Aliás, assim falou o presidente Juscelino Kubitschek, na sua Mensagem sobre a educação apresentada ao Congresso Nacional em 1956:

*O vigoroso e crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País vem criando novas condições de vida social. Conseqüentemente, impõe-se a adoção de novos processos educativos e a atualização dos em vigor, a fim de que encaminhem as novas gerações ao estágio de comportamento sócio-cultural, requerido por esse progressivo e acelerado desenvolvimento.*¹²²

Perceba-se como nesta observação o Presidente da República, sujeito da administração nacional, constrói um lugar preciso para a educação no (seu) mundo. Para ele as práticas educativas não devem abstrair-se de um papel que o desenvolvimento nacional lhe outorga: a preparação dos cidadãos, tanto para que estes exerçam o ofício de trabalhadores como o de atores do drama do desenvolvimento nacional no seu sentido mais amplo e cotidiano. Era uma nova maneira de *ser brasileiro* que se procurava, em todos os instantes em que se pudesse pedir tal coisa.

O que não se admitia, nesses movimentos discursivos (que eram mais constitutivos do que analíticos) era a liberação, com relação às camadas populares, para que estas pudessem pensar a partir de seus próprios territórios de desejos e imagens um modelo educacional. Já por aquele tempo se percebia uma *maior autonomia do movimento sindical diante dos mecanismos populistas* e um quadro sensível de *participação progressiva das massas urbanas na vida política*, o que poderia levar a desejos de autonomia.¹²³

¹²² A educação nas mensagens presidenciais. MEC, INEP, p. 253.

¹²³ Cf. CUNHA, Luis Antonio. *A universidade crítica*, p. 35.

O mecanismo encontrado na discursividade petebista para a objetivação de seus projetos mais desejados era, pois, a *educação do povo*. Para tal se estabeleceu uma distância entre os que dependiam da escola pública e os que destes se distanciavam pelas fardas reluzentes dos educandários privados. Para os primeiros, montava-se a tematização petebista, em moldes bem precisos de uma educação voltada não somente para a profissionalização, mas principalmente para a formação de um *eros* do trabalho e da disciplina nos educandos.

Os quadros da educação pública municipal precisavam, cria Rique, ser redefinidos. Ou, antes, a educação que era *fornecida* às camadas menos favorecidas da população campinense precisava receber de seu líder um novo desenho. Ela deveria dar às crianças e aos jovens (e, em casos específicos, os adultos) modelos para que estes pudessem incorporar as novas formas, mais adequadas aos tempos do desenvolvimento.

Ora, como já naquele instante o panorama da produção se alterava a olhos vistos, era preferível, para os interessados no pleno exercício da temática do *desenvolvimento*, que a educação partisse das instâncias *seguras* do Estado, e não vice-versa. Já que se vivia na Paraíba certa crise da pequena indústria e do artesanato, era *necessário* que a mão de obra se visse integrada o quanto antes em estratégias de aprendizagem que a capacitasse para o bom exercício das novas tarefas que o capitalismo exigia.

Para que esta essência da educação da cidade se manifestasse, que de outra coisa não se falava, no entanto, era necessário que antes de tudo houvesse uma definição clara da realidade presente. A construção do futuro era, em certa medida, a elaboração de construtos sobre um real prévio à análise e que a ela dava forma, cor, conteúdo. Assim, um primeiro procedimento da analítica de Rique constituía-se em pensar o panorama educacional campinense, numa mirada que *lia o real* valorando.

Esta valoração se mostrava de uma maneira explícita. Desde o início o texto se preocupa em ler a cidade em termos estatísticos, buscando quantificar o panorama educacional. O apelo à *quantificação* se justificava pela crença na homologia entre o que se vê e o que se diz sobre o visto, crença esta que entende o conhecimento como representação da realidade e que se via fortemente associada à tematização petebista.

Havia neste exame uma análise que procurava determinar quantas eram as escolas existentes na zona urbana e na zona rural,

bem como quem as mantinha. Após isto eram apresentados números referentes à relação entre a quantidade de crianças *escolarizáveis* e a capacidade de absorção destes números pela rede escolar existente. Estes dados apontavam para um grande número de crianças *em idade escolar* fora da escola, ausentes portanto do que se tomava por ser o *ensino fundamental*, ou seja, o *ensino primário*. Era ressaltado, também, o fato de que nem todos os estudantes concluíam esta fase da escolarização, bem como que a *frequência dos alunos às suas escolas* era *irregular e deficiente*.¹²⁴

Para a *Revolução da Prosperidade*, então, o quadro era *sombrio, desalentador, grave, alarmante*. A gestão de Elpídio de Almeida, que ora se encerrava, teria tentado dar respostas a tudo isto, mas não obtivera muitos sucessos. Em termos de analfabetismo, por exemplo, a cidade contaria com uma taxa de 62% nos maiores de dez anos, contra os 51% da taxa nacional, de acordo com dados do Censo de 1950. Estava presente aí, em certa medida, a crença em que o grande entrave para o desenvolvimento, era o analfabetismo, ou seja, a incompreensão dos signos da leitura e da escrita.

A *Revolução da Prosperidade* fazia-se ouvir, então, procurando homogeneizar a aparente fragmentariedade dos discursos da política, e alardeava que uma das soluções para o sucesso da cidade era exatamente a conversão dos cidadãos em educandos, ou seja, em indivíduos que delimitam a sua existência a partir da dependência para com um outro, mais sábio e preparado, que centraliza as atenções e - por sua presença mesma - significa a vida de todos que lhe cercam. A construção das *soluções* caminhava, pois, *pari passu* com a tematização dos problemas.

Da mesma maneira que os campinenses eram chamados a romper com o seu cotidiano, que era descrito como uma frágil arrumação de práticas já defasadas, eles recebiam a mensagem de que a educação baseada na distribuição de saberes e na adequação dos indivíduos ao mundo do trabalho era o melhor caminho para que este tempo presente encontrasse enfim o caminho do futuro. Esta reestruturação dos saberes baseava-se na idéia de que havia que se valorizar uma nova subjetividade, baseada numa racionalidade que levaria unicamente à acumulação e ao reinvestimento, numa concepção de sociedade em que esta é entendida como composta por

¹²⁴ Cf. *Revolução da Prosperidade*, In. SYLVESTRE, Josué. *Nacionalismo & coronelismo*, esp. pp. 231-233.

indivíduos que só crescem mediante seu esforço pessoal - o que levaria, por conseguinte, ao crescimento nacional.

A partir das *constatações* empíricas e de elementos extraídos do amplo debate educacional que então se desenrolava no Brasil, o PTB propunha uma linha de ação para alterar o quadro encontrado. Em linhas gerais a atuação da administração Rique se prenderia a um aumento quantitativo da rede escolar e seu direcionamento para o atendimento às demandas de uma educação profissionalizante. Nos grupos situados dentro da zona urbana do município tal ocorreria graças à criação de *pequenas oficinas de artes manuais*; na zona rural haveriam *Escolas Típicas Rurais*, para que se fizesse a *iniciação dos alunos em trabalhos agrícolas*.

O pessoal docente seria, paralelamente, treinado e capacitado, a fim de que o melhor uso possível dos materiais escolares e da estrutura em si das escolas pudesse ser uma realidade concreta, efetiva.

Para além do que seria feito mais diretamente em relação às escolas, havia a programação de atividades comunitárias: era crença que a instrução popular não começa e nem termina nas escolas primárias. Daí seriam instalados parques infantis com assistência educacional, cursos de ensino supletivo para adultos - em convênio com a Campanha Nacional de Educação de Adultos -, Centros de Artes Domésticas - para ensinar bordado, costura, rendas, tecelagem manual, artesanato com matérias-primas locais - e um centro de educação física, em convênio com o Ministério da Educação.

Partia-se do suposto de que os sujeitos precisavam emancipar-se de um certo nível de incapacidade que os prendia ao subdesenvolvimento, e isto só seria possível através da vinculação às atividades pedagógicas propriamente ditas de estratégias de desenvolvimento de certas capacidades. Daí a necessidade de se montar todo um aparato extra-escolar (ou, pelo menos, situado fora dos limites estritos da sala de aula) para que isto se concretizasse. Pode-se perceber neste entendimento uma tentativa de aproximar as informações já socializadas pela escola das novas demandas provocadas pela urbanização.

Na delimitação das estratégias de aplicação deste planejamento, então, se dariam à luz as soluções que, pensadas a partir da lógica que informava a *filosofia da representação*, só pugnavam pela estruturação de práticas voltadas para a transmissão de saberes. E

de saberes que formariam os sujeitos de uma forma tal que o resultado possível seria apenas o trabalhador capitalista.

A solução para a distância entre a educação existente e a *desejada*, cria-se, estava em enfrentá-la com a arma que *representava* o seu exato oposto: a aplicação de um programa administrativo planejado sistemicamente que se voltaria para a ampliação racional do número de educandos. Para este discurso, então, a cidade era o campo de uma falta. Era um espaço de incompletude, era a inadequação em ato. Cumpria encontrar - assim se pensava - a verdadeira chave interpretativa de sua *essência* e daí os caminhos que, sendo seguidos, a levariam ao sucesso, ao desenvolvimento. O que não poderia continuar acontecendo era a manutenção deste panorama, em nada adequado aos desejos de crescimento e de progresso.

Mas a solução para este descabro educacional que se fazia visível aos olhos dos eruditos planejadores do staff de Rique não era constituída desvinculada dos projetos mais globais expressos na *Revolução da Prosperidade*. Olhando a educação, o que era visível para estes olhares do PTB era a escola. Ela era a mirada possível, era o que se conseguia perceber. E, por conseguinte, era o elemento valorativo. O instrumento para a análise (e, conseqüentemente, para a preparação das soluções planejadas para o futuro da cidade) era a crença no direito e no dever da escolarização de todos.

O cidadão era, assim, produzido como o escolar, como a criança que deveria ser levada a um espaço instituído docilmente para ser o local da transmissão dos saberes acumulados pela tradição e pelas gerações passadas. Isto é de importância fundamental para aquele discurso: ele toma a infância como um dado natural, cuja característica marcante é a dependência do vínculo com a experiência escolar. Nesta medida, a criança se define por sua dependência para com centros geradores de sentido, centros estes que lhes darão as condições efetivas de uma vida plena e cidadã.

Ora, havia em circulação naquele instante verdades múltiplas que apontavam para uma mesma face para a sociedade moderna. Esta seria aquela que se caracterizaria, no que diz respeito ao estabelecimento de vínculos entre o homem do presente e as temporalidades que dele contrastam (o passado e o futuro), pela necessária passagem por instâncias formais de educação.

Nesta perspectiva, os homens modernos educar-se-iam uns aos outros continuamente, mas neste seu mister haveria um espaço privilegiado, o da escola. E assim, todos são, das mais variadas

maneiras, cobrados para que estas práticas sejam estendidas a cada vez mais indivíduos, de formas cada vez mais inusitadas e estranhas, como se fosse impossível pensar a vida tal como ela é conhecida e experienciada sem fazer uso de tais institutos. Quando não fosse possível reproduzir a escola tal como ela era mais comumente conhecida, como um prédio dividido em salas, este esquema poderia ser traduzido para as circunstâncias existentes, mantendo-se a lógica maior de ser um espaço delimitado e utilizado para a transmissão de saberes.

Esta visão, que de uma certa maneira é fundamentalmente anti-histórica, ressoava com tranquilidade pelas elocuições tantas da *Revolução da Prosperidade*. A educação passava aí por ser, em última instância, um fator de homogeneização, de produção de uma consciência da humanidade. Ela existiria provando que todos, independentemente da inserção espaço-temporal, somos apenas a manifestação de uma mesma essência transcendental que se atualiza em cada presente de forma ímpar mas é a mesma no seu interior mais íntimo.

Esta supervalorização da escola não se fez no vazio, nem estava descolada de elaborações outras. Era moeda corrente nas discussões sobre tais questões, naquele época, um modelo explicativo da realidade que percebia no Brasil uma sociedade arcaica e com poucos setores modernos, que *precisavam ser dinamizados e poderiam assim empolgar e modificar o conjunto da sociedade*. Era, pois, uma lógica basicamente dualista, que considerava a modernização - ou seja, a maximização dos padrões capitalistas de existência social - como sendo a alavanca para o progresso, para o que se (de)codificava então como sendo o *desenvolvimento*, como vimos.

Estes argumentos apareciam na discursividade petebista, que procurava corresponder a uma imagem precisa e bem delineada da cidade, formando no seu conjunto um jogo de duplos estranhos, um encontro de espelhos que não se refletiam. De um lado postava-se a argumentação que desenhava o *real concreto*, a cidade que os campinenses viam cotidianamente; de outro, esboçava-se uma figura tecida de idealizações, uma máscara nova para a vida urbana, um sonho cuja realização era trabalhada na *Revolução da Prosperidade* como uma função da escolha de Rique para prefeito.

A cidade era negada, ou melhor, aquilo que parecia ao olhar da época como a cidade era negado, perdía o direito à existência, era anatemizado, em função de uma *outra* cidade que se ensaiava. O

tempo era refundado, cada posição sendo entendida como portadora de uma *essência* que cumpria aos homens respeitar: o passado, enquanto fonte de uma energia que, telúrica e metafísica, estava latente e precisava - mais que isto, clamava - ser despertada; o presente, que era o instante da preparação; e o futuro, o recorte especial, momento da experiência do bem e da vitória sobre tudo quanto significasse o negativo. O espaço era redesenhado, toda a sua maneira de ser sendo descaracterizada por inteiro em função de um modelo que se ligava a este modelo de *novo* aí defendido. O relevo urbano, produzido pelas relações sociais que efetivavam-se em trajetórias familiares por sobre um solo conhecido e habitual, conheceria novas investidas, novas conformações.

Ora, um olhar que se debruce por sobre (e por entre) uma cidade pode percebê-la como um texto imóvel ou como um movimento a ser apreendido no seu próprio deslocamento contínuo em relação a si mesma. Para a argumentação assumida pela candidatura petebista Campina Grande passou por ser um imenso texto plural, com aspectos positivos e negativos, mas deste ponto de vista desejava-se homogeneizar este todo multifacetado, impor uma forma única a este texto, transformá-lo em algo regular e controlável. É por isto que a *Revolução da Prosperidade* via a fragmentariedade das experiências mas as nivelava de alguma forma alardeando que percebia apenas *a cidade*, toda, única e unívoca.

As diferenças, nesta observação, seriam apenas (per)versões desta versão primeira, primária e futura, inscrita ao mesmo tempo na sua alma (era, afinal, o seu *destino*) e no seu futuro (a depender da vitória de Rique). O candidato, *autor* de tais maravilhas, eleva-se, subindo nas costas de toda uma equipe para ser o olho único, o sol que a tudo ilumina e torna visível, um saber distante o suficiente para ser onisciente sem ser descompromissado.

Esta maneira de observar a cidade gerou a produção de um certo urbanismo, ou seja, de um saber específico, uma tentativa de *superar e articular as contradições nascidas da aglomeração urbana*.¹²⁵ Ou, pelo menos, tudo deveria assim comportar-se; tudo seria subsumido na produção de um sujeito universal, *a cidade*, que teria uma personalidade e uma identidade para além de sua fragmentariedade cotidiana.

¹²⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*, p. 172.

A *Revolução da Prosperidade* produziu-se, então (tanto em termos de sua textualidade mesma como no que diz respeito à sua eclosão, *acontecimento* que foi), como uma verdade indiscutível *sobre e para* Campina Grande. Ou seja, ela enunciou-se como sendo quase um oráculo, uma voz que falava a partir de um lugar determinado a verdade da cidade - a sua essência mais íntima - e apontava os retos caminhos por onde esta coletividade deveria trafegar, se desejasse efetivamente encontrar-se com esta *determinação*.

Neste relato, ou seja, nesta estranha narração das imagens captadas simultaneamente pelos olhos e pelos sonhos, a candidatura Rique apresentaria - como quem traceja uma imensa e delineada metáfora - lugares que desejaria organizar e atravessar, posições que ele almejava reunir e percorrer, novas *frases e itinerários* compostos com a matéria-prima disposta pelas ruas e entre os homens. Como se fosse o seu desejo re-fundar a cidade, alterar seus contornos físicos e sociais, adequando o todo a um modelo que lhe parecia mais adequado, mais consoante com as aspirações de todos.

A *Revolução da Prosperidade*, como se vê, tematizava o fracasso de Campina Grande como cidade e como fornecedora da educação. A cidade precisaria mudar para poder oferecer a escola adequada aos novos tempos - e estes novos tempos precisariam, para acontecer, desta escola nova e comprometida com o futuro. Tal era uma demanda da intelectualidade campinense, que bradava pelas ruas e pelos jornais que o ensino ia mal e não atendia ao que a sociedade precisava. O presente, nesta maneira de perceber o real, era a instância da incompletude, do vir-a-ser nunca definitivamente resolvido, da esperança de um futuro melhor e mais pleno de humanização - e, por conseguinte, do desprezo pela ação do cotidiano, pela dimensão efetivamente vivida do instante.

A resposta a este *fracasso*, na Campina Grande de 1959, foi pensada como possível a partir da aplicação de políticas educacionais públicas adequadas, na medida em que se acreditava que apenas com o concurso de ações sistemáticas e voltadas para a observação e administração racional pelo Estado do sistema escolar as melhores demandas seriam concretizadas. Tal percepção, tributária das formulações típicas do século XIX, explicava-se a partir de três pontos fulcrais: *crença na razão; crença na igualdade de oportunidades; crença na necessidade de fortalecer os Estados Nacionais*.¹²⁶

¹²⁶ CF. PATTO, Maria Helena de Souza. *A produção do fracasso escolar*, p. 22.

Atualizava-se, na tematização petebista sobre a problemática educacional, o mito do planejamento, ou seja, a crença em que a realidade pode - e deve - ser atravessada por um olhar arguto e incisivo que, ultrapassando a barreira das meras imagens, pode chegar à essência do mundo e entender assim as efetivas possibilidades de transformá-lo. Na medida em que o plano consegue perceber além do que é matéria do cotidiano e dos saberes apenas impressionistas, ele consegue também postar-se frente ao real como instância definidora dos caminhos que devem ser trilhados na construção do futuro. A prática de planejar, então, aparecia como uma atitude moderna por excelência, na medida em que entendia-se como um movimento que ressalta o real como algo transformável pela ação racional e sistematizada dos indivíduos; era, pois, um discurso voluntarista.

Esta mensagem não passava despercebida para os campinenses - e mesmo vinha explicitada para fazer ver a todos os que se envolviam com a escola (naqueles anos de agitados debates educacionais) mais uma faceta do candidato Rique, preocupado também com a educação e o preparo de seu povo. Isto tudo tinha o seu destaque baseado nesta concepção de que a educação era entendida como o meio pelo qual os campinenses seriam preparados para o desenvolvimento, tanto em termos de tornarem-se mão de obra como também porque neles seria produzida uma forte receptividade para estes novos tempos que viriam.

Esta busca da homogeneidade não parecia de forma alguma estranha: para os homens da política era importante demonstrar a univocidade de seus propósitos e das formulações que os explicitavam, mesmo se esta forma escorregada de apresentação mostrava-se, num ângulo outro, mera junção de fragmentos e de percepções díspares. Tudo funcionava, pois, como uma confusa distribuição de sentidos em que elementos vários e aparentemente desconexos eram apresentados reunidos sob uma mesma argumentação, sob uma mesma legitimação.

Tal homogeneização, no entanto, pouco resiste a um exame mais atento, sob o qual ela aparece antes como uma função das circunstâncias que qualquer outra coisa. O exame dessas histórias aqui relatadas, enfim, parece lembrar ao historiador a necessidade de uma observação mais atenta dos meandros de uma eleição - entendendo-a como um momento, entre outros, em que a sociedade constrói e vê a construção de imagens para si, para seu passado, seu presente e seu futuro, e em que tais jogos são postos à prova. Na história aqui

contada o candidato que parecia aglutinar em si os signos do progresso e da aproximação de sua cidade aos fluxos mais legítimos do seu tempo foi derrotado justamente por quem cristalizava as imagens do atraso e do arcaico. O que houve? Como se dão os mecanismos de leitura, pelos eleitores, das mensagens dos candidatos e dos partidos? Como, em momentos específicos da história, algumas maquinarias de sentido repercutem, enquanto outras esfumam-se e caem silenciadas? Talvez seja essa a mensagem que esse tempo aqui estudado nos envia: pode ser oportuno pensarmos as complexas e insuspeitadas dimensões do diálogo político, por ele mesmo e pelo que ele permite fazer entender do que somos e do desejamos, ou não, ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986).** Brasília: INEP, 1987.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz.. **O engenho anti-moderno.** Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994. (mimeo.)
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 1994.
- CUNHA, Luís Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista.** 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande.** 2.vols.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo - a campanha de pé no chão.** 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1987.
- MACHADO, Roberto. **Ciência e saber - a trajetória da arqueologia de Michel Foucault.** 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** 2 ed. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 21993.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. (org.) **Discurso fundador - a formação do país e a construção da identidade nacional.** Campinas: Pontes, 1993.
- PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar - histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

Seminário Para o Desenvolvimento do Nordeste. *Anais, vol 1 e 2.*

Confederação Nacional da Indústria; Serviço Nacional da Indústria; Divisão de Estudos e Planejamento. 1959.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & coronelismo** - fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954/1964). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

SYLVESTRE, Josué. "A cassação de Newton Rique: um prejuízo para Campina Grande". In PONTES DA SILVA et alli. (org.) **Poder e política na Paraíba** - uma análise das lideranças (1960-1990). João Pessoa: API / A União, 1993.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

JORNAL:

Edições Diversas do **Diário da Borborema**, de 1958 e 1959.